

7
AO EXPEDIENTE DO DIA
15 de 06 de 1998
15 de 06 de 1998
Prof. Dr. [assinatura]



ESTADO DA PARAÍBA
Assembleia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa



PROJETO DE LEI Nº 1.024/98

Dispõe sobre a obrigatoriedade da impressão, nos rótulos de todas as bebidas alcoólicas industrializadas e comercializadas no Estado da Paraíba, da expressão "O Estado da Paraíba adverte: o álcool pode causar dependência e, em excesso, é prejudicial à saúde", e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA DECRETA:

Art. 1º - Fica obrigada a impressão, nos rótulos de todas as bebidas alcoólicas industrializadas e comercializadas no Estado da Paraíba, da seguinte expressão: "O Estado da Paraíba adverte: o álcool pode causar dependência e, em excesso, é prejudicial à saúde".

§ 1º - As bebidas alcoólicas industrializadas fora do Estado da Paraíba, ao ingressar no Estado, deverão receber o adesivo com a advertência do artigo anterior.

§ 2º - A advertência sobre a nocividade das bebidas alcoólicas será visível e de tamanho compatível com o nome do produto vendido.

Art. 2º - Os importadores de bebidas alcoólicas serão responsáveis pela colocação, pela feitura e pela confecção, em língua portuguesa, dos citados adesivos.

Art. 3º - As indústrias e o comércio terão o prazo de 60(sessenta) dias após a publicação desta Lei, para implementar o que ela dispõe.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor 60(sessenta) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 22 de maio de 1998


DOMICIANO
Deputado
Estadual
CABRAL

Assessoria ao Plenário
Constou no Expediente

Em 15 de 06 de 98
P/ [assinatura]
Diretor da Ass. ao Plenário



ESTADO DA PARAÍBA
Assembléia Legislativa
Casa de Epiácio Pessoa



JUSTIFICATIVA

Implantar uma política séria de prevenção, oferecendo ao consumidor informação sobre a nocividade das bebidas alcoólicas, é um imperativo da ordem pública, não podendo o Poder Público permanecer omissor ou incentivar o consumo de álcool, que hoje é um dos maiores causadores de doenças e de acidentes no trânsito.

É de competência do Estado em harmonia com a União, legislar sobre a proteção e a defesa da saúde seguindo preceito constitucional e essa competência concorrente dá ao legislador estadual ampla possibilidade de legislar sobre saúde e de dispor de normas rigorosas para o combate do alcoolismo, além de colaborar para a plena e eficiente execução das tarefas do Estado.

As possíveis alegações de que este projeto transformado em lei, poderá causar transtornos às indústrias e ao comércio são inócuas, tendo em vista que os fabricantes de cigarros adotam similar conduta com relação aos seus produtos industrializados. A vida deve subpor o lucro, sendo a informação um dos meios de educar e esclarecer sobre os males decorrentes do consumo excessivo de álcool.

São por essas razões que submetemos à consideração de nossos ilustres pares, o presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 22 de maio de 1998.


DEMÉTRIO
Deputado
Estadual
CABRAL


REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LEGISLATIVA DAS MATÉRIAS

SUJEITAS À APRECIÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E


REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS



Registro no Livro de Plenário
Às fls. 1024/98 sob o nº 1024/98
Em 15/06/1998

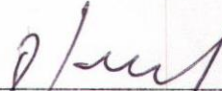

Div. de Assessoria ao Plenário
Diretor

Constou no Expediente da Sessão
Ordinária do dia 15/06/1998
Em 15/06/1998


Div. de Assessoria ao Plenário
Diretor

Remetido à Secretaria Legislativa
No dia 15/06/1998

Em 15/06/1998


Div. de Assessoria ao Plenário
Diretor

Publicado no Diário do Poder Legislativo
No dia 16/06/1998
Em ____/____/1998

Secretaria Legislativa
Secretário

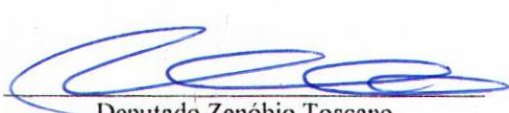
À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para
indicação de Relator

Em ____/____/1998

Secretaria Legislativa
Secretário

Designado como Relator o Deputado


Em 17/06/1998


Deputado Zenóbio Toscano
Presidente

Assessoramento Legislativo Técnico

Em ____/____/98


Secretário Legislativo

APRECIADO PELA COMISSÃO
NO DIA ____/____/98

PARECER ____

EM ____/____/98

SECRETÁRIO LEGISLATIVA

Designo como Relator
o Deputado Zenóbio Toscano
Em 28/07/98




ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

PROJETO DE LEI Nº 1024/98.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA IMPRESSÃO, NOS RÓTULOS DE TODAS AS BEBIDAS ALCOÓLICAS INDUSTRIALIZADAS E COMERCIALIZADAS NO ESTADO DA PARAÍBA, DA EXPRESSÃO "O ESTADO DA PARAÍBA ADVERTE: O ÁLCOOL PODE CAUSAR DEPENDÊNCIA E, EM EXCESSO, É PREJUDICIAL À SAÚDE", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR : Dep. Domiciano Cabral

RELATOR: Dep. Luiz Couto

PARECER Nº 416/98

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebe para exame e parecer o **Projeto de Lei Nº. 1024/98**, da lavra do Senhor Dep. Domiciano Cabral, e que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da impressão, nos rótulos de todas as bebidas alcoólicas industrializadas e comercializadas no Estado da Paraíba, da expressão "O Estado da Paraíba adverte: o álcool pode causar dependência e, em excesso, é prejudicial à saúde", e dá outras providências".

É relatório.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

II - VOTO DO RELATOR

A matéria legislativa recomendada pelo ilustre parlamentar é digna de nossa admiração, pois é de incontestável importância social e de inegável e relevante interesse público, conforme ressalta e enfatiza a satisfatória justificativa autoral, para adoção das medidas previstas no projeto em referência.

Destarte, esta relatoria, após detido exame da matéria, opina pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do **Projeto de Lei Nº. 1024/98**, recomendando, afinal, por sua aprovação, na forma original, dado ao interesse público que encerra.

É o voto

Sala das Comissões, em 21 de julho de 1998.


DEP. LUIZ COUTO
RELATOR



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, adota o parecer do Senhor Relator, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do **Projeto de Lei Nº. 1024/98**, recomendando, por sua aprovação, na forma original, dado ao interesse público que encerra.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de julho de 1998.

Voto Contrário

Ao Parecer do Relator

DEP. ZENÓBIO TOSCANO
PRESIDENTE

DEPUTADO

DEP. VITAL FILHO
MEMBRO

Voto Contrário

Ao Parecer do Relator

DEP. ANTÔNIO IVO
MEMBRO

Voto Contrário

Ao Parecer do Relator

DEP. FERNANDO MELO
MEMBRO

DEPUTADO

DEP. JOÃO PAULO
VICE-PRESIDENTE

DEP. LUIZ COUTO
RELATOR

DEP. TARCIZO TELINO
MEMBRO

DEPUTADO



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

PROJETO DE LEI Nº 1.024/98.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA IMPRESSÃO, NOS RÓTULOS DE TODAS AS BEBIDAS ALCOÓLICAS INDUSTRIALIZADAS E COMERCIALIZADAS NO ESTADO DA PARAÍBA, DA EXPRESSÃO "O ESTADO DA PARAÍBA ADVERTE: O ÁLCOOL PODE CAUSAR DEPENDÊNCIA E, EM EXCESSO, É PREJUDICIAL À SAÚDE", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DEP. ZENÓBIO TOSCANO

RELATOR SUBSTITUTO:

PARECER VENCEDOR Nº 435/98

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.024/98, da lavra do nobre Dep. Domiciano Cabral, tem por objetivo, dispor sobre a obrigatoriedade da impressão, nos rótulos de todas as bebidas alcoólicas industrializadas e comercializadas no Estado da Paraíba, da expressão "O Estado da Paraíba adverte: o álcool pode causar dependência e, em excesso, é prejudicial à saúde", adotando ainda providências correlatas.

Vindo a esta Comissão, o seu Relator Dep. Luiz Couto concluiu pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto, sendo o seu **VOTO VENCIDO** na Comissão, cabendo-me na condição de **RELATOR SUBSTITUTO** a elaboração do **PARECER VENCEDOR**, na forma regimental.

É relatório.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

II - VOTO DO RELATOR

Discordando da conclusão do nosso digno par, Dep. Luiz Couto, nesta Comissão, entendemos que apesar do largo alcance social da proposta, o Projeto é manifestamente inconstitucional, apresentando, neste sentido, incontornável equívoco de competência legislativa, haja vista, que o assunto do projeto (advertência em produtos nocivos à saúde) é matéria de competência legislativa da União, preconizada no art. 220, § 3º, II, da Constituição Federal, que reza textualmente:

Art. 220 -

§ 3º - Compete à lei federal:

II – estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Com efeito, no tocante as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcóolicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas foi editada a Lei Federal nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que estabelece no seu art. 4º, § 2º, que **“os rótulos das embalagens de bebidas alcóolicas conterão advertência nos seguintes termos: “Evite o consumo excessivo de álcool”.**

Ademais, urge ressaltar, que o Projeto de Lei nº 926/97, da lavra do Dep. José Romero, com o mesmo objetivo deste, apesar de aprovado pelo Plenário desta Casa Legislativa, foi aposto veto total pelo Governador do Estado, pelas consistentes razões acima expostas.

Desse modo, por trata-se de matéria alheia a competência legislativa do Estado e em face da mesma já se achar regulada em lei federal, somos de parecer, pela **DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei nº 1.024/98**, da lavra do Dep. Domiciano Cabral.

É o voto

Sala das Sessões em, 04 de agosto de 1998.


DEP: ZENÓBIO TOSCANO
RELATOR SUBSTITUTO



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, é pela **DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei nº 1.024/98**, da lavra do Dep. Domiciano Cabral, nos termos do Voto do Senhor Relator Substituto, Deputado ~~Zenóbio Toscano~~.

Participaram da votação os Senhores Deputados Zenóbio Toscano Relator Substituto, Antônio Ivo, Dep. Luiz Couto - Relator; Tarcizo Telino; Fernando Melo. Votaram pela **DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE** os Senhores Deputados: Zenóbio Toscano, Antônio Ivo, Fernando Melo e Tarcizo Telino. Votou pela **CONTITUCIONALIDADE** o Dep. Luiz Couto, sendo voto vencido na Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de agosto de 1998.



DEP. ZENÓBIO TOSCANO
PRESIDENTE

DEP. LUIZ COUTO
RELATOR



DEP. TARCIZO TELINO
MEMBRO

DEP. ANTÔNIO IVO
MEMBRO



DEP. FERNANDO MELO
MEMBRO



DEP. VITAL FILHO
MEMBRO